



Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

Rural education in the Trans-Amazonian and Xingu region: the attuation of two social movements and female protagonism

Ronaldo dos Santos Leonel

Lucicléia Pereira da Silva

Everton Bedin

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba-Brasil

Resumo

Este estudo analisou o desenvolvimento da Educação do Campo na região da Transamazônica e do Xingu, no estado do Pará, com ênfase na atuação dos movimentos sociais camponeses e das mulheres na luta pelos direitos educacionais. O objetivo foi compreender de que maneira a formação de educadoras do campo, os movimentos sociais e o protagonismo feminino contribuem para a garantia do direito à educação nessa região. A pesquisa adotou a abordagem do materialismo histórico e dialético, o que permitiu analisar as características do fenômeno investigado em sua totalidade. Observou-se que, por muitos anos, o acesso à educação esteve restrito às elites, enquanto a maioria da população rural foi historicamente excluída desse direito. Atualmente, a luta pela educação no campo representa um passo fundamental na promoção da dignidade e na melhoria das condições de vida em áreas distantes dos centros urbanos. Destaca-se, ainda, a significativa participação das mulheres nesse processo, marcadas por trajetórias de resistência e forte vínculo com as demandas do campo.

Palavras-chave: Formação de Educadores; Educação do campo; Protagonismo das Mulheres.

Abstract

This study analyzed the development of Rural Education in the Transamazon and Xingu regions, in the state of Pará, with an emphasis on the role of peasant social movements and women in the struggle for educational rights. The objective was to understand how the training of rural female educators, social movements, and female protagonism contribute to ensuring the right to education in this region. The research adopted the historical and dialectical materialist approach, which allowed for a comprehensive analysis of the investigated phenomenon. It was observed that, for many years, access to education was restricted to the elites, while most of the rural population was historically excluded from this right. Currently, the struggle for education in rural areas is essential for promoting dignity and improving living conditions in regions far from urban centers. The significant participation of women in this process is also highlighted, marked by histories of resistance and a strong connection to rural demands.

Keywords: Training of Educators; Rural Education; Women's Protagonism.

Introdução

A Educação do Campo tem suas raízes nos Movimentos Sociais, fortemente influenciada pela Pedagogia da Alternância — uma abordagem inspirada no modelo da educação rural francesa. Esse modelo surgiu em 1935, na região de Sérignac-Péboudou, com apoio de diferentes forças sociais, como famílias de agricultores, sindicatos e instituições religiosas.

No Brasil, a proposta ganhou forma a partir da década de 1960, com a criação dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), voltados a fortalecer as atividades agropecuárias e contribuir para o desenvolvimento das famílias de pequenos agricultores. Já no estado do Pará, um marco importante ocorreu em 2004 com a criação do Projeto de Formação de Professores para o Ensino Fundamental em Regiões de Reforma Agrária. O projeto, que também envolveu os estados de Roraima e Amazonas, foi fruto da parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o INCRA, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), permanecendo ativo até 2008.

Outro passo significativo foi dado em 2010, quando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) lançou uma chamada pública para formação de professores do campo — da qual a UFPA também participou. Como desdobramento, em 2012 foi criado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEEDUCAR). Percebe-se, portanto, que a formação inicial de educadores voltados à Educação do Campo no Pará começou nos anos 2000, mas só se consolidou quase uma década depois.

Diante desse contexto, a pergunta que guia este estudo é: de que maneira a formação de educadoras do campo, os movimentos sociais e a liderança feminina contribuem para a defesa dos direitos à educação no ambiente camponês do estado do Pará? Com base nessa questão, nosso objetivo é compreender como esses três elementos — a formação docente, os movimentos sociais e o protagonismo das mulheres — influenciam o acesso e a garantia do direito à educação nas regiões da Transamazônica e do Xingu.

Como destacam Costa, Mota e Santana (2022, p. 3), a mobilização social das mulheres se desdobra em diversas frentes. No campo político, observam que “[...] as demandas e confrontos originaram movimentos em diferentes setores sociais”, enquanto no campo da educação “[...] nos deparamos com uma trajetória repleta de obstáculos que dificultaram a

formação das mulheres e uma série de desafios ao longo do processo educativo”. Ainda assim, muitas delas se destacam como lideranças fundamentais na luta pelo acesso à educação.

Este ensaio teórico é fruto da reflexão de três pesquisadoras vinculadas ao Grupo de Estudos em História, Memória e Educação do Campo (GEHMEC), associado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nele, discutimos a Educação do Campo na região da Transamazônica e do Xingu, no Pará — extremo norte do Brasil — destacando os movimentos sociais que a defendem e, especialmente, o papel das mulheres na luta por uma educação que reconheça as especificidades da vida campesina. O estudo também analisa a inserção dessas mulheres como educadoras do campo, protagonistas nas lutas pela educação na Amazônia paraense.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada na pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, que integra a teoria do socialismo marxista. Essa perspectiva, em sua essência científica, busca analisar a sociedade por meio da investigação de suas realidades concretas e dos processos históricos que a moldam. Assim, é necessário primeiramente observar a materialidade das interações sociais e compreender seu funcionamento verdadeiro, para então abstraí-las em categorias conceituais gerais e retornar à realidade concreta, evitando qualquer idealização.

Essa ideia é claramente expressa em "A Ideologia Alemã", nas palavras de Marx e Engels: "os fundamentos a partir dos quais partimos não são arbitrários ou dogmáticos, mas sim pressupostos reais, que só podem ser abstraídos na mente" (Marx, Engels, 2007, p. 86). Dessa forma, "são os indivíduos concretos, suas ações e as condições materiais em que vivem, tanto as que encontram quanto as que criam por meio de suas ações" (Marx, Engels, 2007, p. 86).

Formação de professores da educação do campo

Este segmento discute aspectos teóricos sobre a Educação do Campo, com foco na formação inicial de educadores no Pará. A Educação do Campo é um modelo voltado para pessoas em áreas rurais, alinhado às suas experiências de vida, e busca promover a emancipação política e humana dos sujeitos. Essa educação está conectada às lutas sociais e

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

visa oferecer uma formação que valorize e reconheça as realidades dos indivíduos no contexto rural.

Permite-se, assim, que os sujeitos reconheçam a base da igualdade entre si, uma vez que todos são humanos, promovendo o respeito mútuo entre pessoas dos meios rural e urbano. O conceito de Educação do Campo é descrito como “[...] o fruto das batalhas dos trabalhadores do campo e das demandas dos movimentos sociais, que sempre pleitearam por uma educação que atenda às particularidades do campo para si e para suas crianças” (Lima; Silva; Alves, 2021, p. 2).

Dessa forma, observa-se que o conceito está diretamente relacionado aos modos de vida dos sujeitos com base nas realidades que os cercam. Quanto à origem da Educação do Campo, ela “[...] surge da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo por direitos fundamentais, contrastando com a educação rural, oferecida pela estrutura administrativa da educação brasileira ao longo da sua história” (Borges; Ghedin, 2016, p. 13). Nota-se que a reivindicação dessas pessoas é legítima e essencial diante da ausência de uma educação que os reconheça como trabalhadores e trabalhadoras que habitam o espaço camponês.

Os agricultores devem se perceber como parte dos povos que compõem o campesinato e, principalmente, como cidadãos brasileiros, detentores de direitos assegurados pelas normas que regulamentam o país. Segundo Caldart *et al.* (2003, p. 63), “[...] as interações sociais particulares que formam a vida no campo e a partir dele, em suas variadas identidades e em sua identidade coletiva; incluem indivíduos de diversas idades, famílias, comunidades, associações e movimentos sociais”. Essas pessoas possuem histórias individuais, acumulam vivências cotidianas e constroem identidades diversas e plurais.

Essas identidades, em certas ocasiões, contribuem para formar uma identidade compartilhada entre as comunidades camponesas, distinguindo-as das urbanas. Em outros momentos, refletem as especificidades da vida rural. É evidente que os indivíduos que vivem no campo almejam uma educação adequada às suas realidades, que valorize suas singularidades e considere os elementos que os conectam à vivência no espaço rural. Vale ressaltar que o campesinato é caracterizado por ampla diversidade sociocultural. Arroyo (2004, p. 54) observa que “a abordagem da Educação do Campo está se transformando”.

A singularidade da Educação do Campo é amplamente reconhecida, destacando uma abordagem diferenciada sobre o direito dos povos do campo à educação, resultado das lutas

dos movimentos sociais que buscam inserir as pautas do campo na agenda pública. A educação deve considerar os saberes e modos de vida dos camponeses, refletindo suas condições específicas e respondendo às suas aspirações. Como afirmam Cajaíba, Santos e Brito (2022, p. 4), “ao refletirmos sobre a formação de educadores no ambiente do campo, nós direcionamos para um entendimento de um modelo educacional que se molda pelas lutas, desejos e organização social e política dos envolvidos.”

A formação de professores voltada para o campo, fruto das conquistas obtidas nas lutas de classe, contrapõe-se à histórica exclusão do acesso à educação de qualidade nas áreas rurais no Brasil. As experiências dos educadores camponeses evidenciam realidades diversas vivenciadas nas escolas do campo. “[...] Ela juntava seus numerosos alunos e os levava para uma área cercada por árvores, onde aproveitava o ar puro e a natureza para compartilhar uma variedade de conteúdos” (Nepomuceno; Viera; Brandenburg, 2022, p. 8). Essa narrativa apresenta a educação no campo como um espaço de vivência e experimentação cotidiana da realidade camponato.

Compartilhamos, portanto, a visão de Arroyo (2012, p. 360) sobre a necessidade de uma política que promova a formação de educadores do campo em articulação com os movimentos sociais, uma vez que “[...] esse processo exige uma reflexão e uma reavaliação da relação entre o Estado, suas instituições e os movimentos sociais”. Acrescenta-se a essa perspectiva a análise de Libâneo (2004) que destaca a importância da aprendizagem contínua para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional dos docentes.

Na análise da formação de professores no contexto da Educação do Campo, Cajaíba, Santos e Brito (2022, p. 4) reforçam que essa formação deve estar “[...] direcionada à história e à cultura da comunidade, valorizando a identidade camponesa, estimulando o conhecimento e estabelecendo um diálogo com os saberes e vivências locais.” Assim, a Educação do Campo demanda educadores que reconheçam e apliquem práticas pedagógicas que beneficiem a comunidade, atendendo às suas necessidades sociais e culturais, respeitando seu modo de vida — o que é fundamental para garantir um ensino de qualidade às populações que vivem nesses territórios.

Historicamente, o papel do professor tem se mostrado desafiador, pois, segundo Charlot (2009), trata-se de um “profissional da contradição”, uma vez que está inserido em

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

um sistema que lhe exige determinadas posturas, mas que, ao mesmo tempo, não oferece as condições necessárias para que ele as desempenhe adequadamente.

Desse modo, a formação de educadores camponeses é uma demanda dos movimentos sociais do campo, que lutam pela promoção de uma educação equitativa e contextualizada. Nesse sentido, um dos princípios fundamentais da Educação do Campo é o “[...] aprimoramento de políticas voltadas à formação de profissionais da educação, levando em conta as particularidades das escolas do campo e as condições reais de produção e reprodução social da vida no meio rural” (Brasil, 2010, art. 2º).

Na Educação do Campo, a formação docente possui particularidades influenciadas pela pedagogia freiriana. Cajaíba, Santos e Brito (2022) resgatam a ideia de uma educação voltada à emancipação e à libertação. Destacam que tanto educadores quanto educandos são sujeitos centrais no processo educativo. Delmiro, Nascimento e Ferreira (2022, p. 7) afirmam que “[...] incentivam seus estudantes a assumirem a liderança, permitindo que participem e reflitam sobre suas decisões”. Nesse sentido, a formação docente deve ser pautada por uma compreensão do contexto e por abordagens teóricas e metodológicas que promovam a autonomia dos estudantes enquanto sujeitos sociais, políticos e acadêmicos, incentivando sua participação ativa nos movimentos sociais.

Ações coletivas em prol da Educação do Campo no Pará: um percurso autêntico.

Na próxima seção, será apresentada a trajetória de movimentos sociais que lutam pela Educação do Campo no Estado do Pará, com ênfase na região da Transamazônica e do Xingu. Entre esses movimentos, destacam-se: a Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA), o Fórum paraense de educação do campo (FONEC) a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres da Transamazônica e Xingu (MMTX). O objetivo desta seção é oferecer à sociedade o acesso a informações fundamentadas sobre a relevância desses movimentos sociais na atualidade paraense, evidenciando a importância que assumem para os sujeitos que vivem no campo, especialmente no que diz respeito à consolidação de uma educação contextualizada, crítica e emancipadora. Em seguida, será apresentada uma breve análise de cada um desses movimentos.

A Federação dos Trabalhadores e Agricultores Familiares do Pará - FETRAGRI-PA

A Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Pará (FETRAGRI-PA) possui uma trajetória de mais de 50 anos marcada pelo enfrentamento à grilagem de terras, à violência no campo e pela defesa contínua da Reforma Agrária. A partir de 1988, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em articulação com lideranças regionais, passou a desenvolver uma estratégia para assumir a direção da Federação, que até então adotava uma postura conservadora e alinhada aos interesses do latifúndio. Essa mudança possibilitou à FETRAGRI-PA assumir um papel de destaque na defesa da agricultura familiar e no combate às injustiças sociais vivenciadas pelas populações rurais.

Em 2018, ao comemorar seus 55 anos de existência, a Federação foi homenageada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em reconhecimento à sua relevante trajetória de lutas em defesa dos homens e mulheres do campo. Essa celebração simboliza o reconhecimento de uma instituição que valoriza a história do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), reafirmando seu compromisso com a construção de um campo mais justo, digno e democrático. Que a FETRAGRI-PA siga contribuindo para o fortalecimento do MSTTR, consolidando sua atuação em prol da dignidade dos povos que vivem e produzem no campo, nas florestas e nas águas.

O Fórum paraense de educação do campo - FONEC

No Pará, o Movimento de Educação do Campo é coordenado pelo Fórum paraense de educação do campo (FONEC), que reúne os Fóruns Regionais e Municipais, além de Movimentos, Organizações Sociais e Sindicais populares, grupos ligados ao campo, à água e às florestas, e professores e alunos de instituições de ensino superior e da educação básica, junto a vários parceiros institucionais.

O objetivo do Fórum é desenvolver e implementar políticas educacionais que garantam o direito das comunidades camponesas e tradicionais a uma educação pública que respeite e valorize suas diversidades socioculturais e territoriais. O Pará, sendo o segundo maior estado do Brasil em área, enfrenta grandes desafios em relação ao deslocamento entre suas diversas regiões, problemas que se intensificam pela precariedade das estradas e dos meios de transporte oferecidos pelo governo.

Essas dificuldades impactam diretamente as ações do FONEC nas mobilizações e na luta pela Educação do Campo em diferentes áreas do estado. A solução encontrada foi a

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

criação de Fóruns Regionais e Municipais de Educação do Campo, que atualmente somam 09 fóruns regionais e 03 municipais no Pará. Entre eles estão: o Fórum de Educação do Campo do Nordeste Paraense, o Fórum da Educação do Campo do Caeté, o Fórum de Educação do Campo, das Águas e da Floresta da Região Tocantina (FECAF), o Fórum de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará (FREC), o Fórum de Educação do Campo da Tocantina II (FORECAT), o Fórum de Educação do Campo da Transamazônica e Xingu, o Fórum de Educação do Campo do Baixo Amazonas, o Fórum de Educação do Campo da Região Metropolitana, além dos Fóruns Municipais de Educação do Campo de Baião, Igarapé-Miri e Mocajuba.

Desde a sua fundação, em 2003, o Fórum Paraense e os Fóruns Regionais têm promovido parcerias com diversas entidades públicas, convidando instituições de gestão educacional – como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (SEDUC's e SEMED's), além dos Conselhos Estaduais (CEE's) e Municipais de Educação (CME's) – a se integrar com as Instituições de Ensino Superior e com as movimentações sociais dos povos do campo, das águas e das florestas.

A Comissão de Pastoral da Terra (CPT)

O estado do Pará ocupa a liderança no número de homicídios no meio rural, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que começou a coletar e divulgar informações em 1985, com o objetivo de denunciar essas violências. Entre 2015 e 2016, o Brasil registrou 111 assassinatos no campo, sendo 19 em 2015 e 6 em 2016 no Pará, somando 25 mortes. Esse total representa 22,52% dos homicídios ligados a conflitos agrários no país, conforme apontado pela CPT.

A CPT se estrutura para defender os direitos dos povos da terra que ficam sem apoio governamental. Na sua primeira assembleia, realizada em 1977, foram identificados alguns desafios (Gallazzi, 2016). A organização tem sido essencial para a vida dos moradores rurais, desempenhando um papel fundamental na luta contra as injustiças enfrentadas pelos mais vulneráveis. Como destaca Gallazzi (2016, p. 155), “a CPT percebeu a necessidade de ajudar na articulação das comunidades rurais para fortalecer seu protagonismo na luta pela vida e dignidade”.

No Pará, a CPT segue firme na defesa dos interesses dos moradores do campo. De acordo com Ribeiro e Freitas (2020, p. 25), "a CPT foi fundada em 1995, com a realização de sua Assembleia estadual e a eleição de sua primeira coordenação". Assim, a organização já acumula mais de trinta anos de trabalho no estado, especialmente na região do Xingu, acompanhando de perto as comunidades rurais e criando uma trajetória importante nas batalhas sociais. Entre as diversas ações realizadas, destaca-se a compilação do caderno de conflitos, que é uma ação de base da CPT voltada à coleta e organização das situações de conflito nas áreas rurais da Amazônia paraense.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O MST se destaca tanto no Brasil quanto internacionalmente, alcançando uma visibilidade e empoderamento notáveis. Um de seus principais objetivos é a politização de seus participantes. Essa capacitação teórica e prática é uma característica fundamental do movimento, permitindo que suas lutas sejam orientadas por informações científicas relacionadas às suas demandas.

Com o crescimento do capitalismo no setor agrícola, a expansão das grandes propriedades e a desapropriação e exploração dos trabalhadores rurais, diversas manifestações surgiram no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, reivindicando o direito à terra e a democracia. A mobilização da população brasileira em favor da democracia contou com a participação ativa de trabalhadores rurais, sem-terra, camponeses e agricultores familiares, o que deu visibilidade à questão da reforma agrária.

Nesse contexto, o início do processo de democratização e a promulgação da Constituição de 1988 foram momentos fundamentais para a população brasileira, que clamava pelo fim da ditadura e pela democratização do país. Com isso, a perspectiva de uma sociedade mais justa foi incorporada à Constituição Federal (Ribeiro; Freitas, 2020).

O autor continua afirmando que, inicialmente, os movimentos sociais exigiam do governo uma postura em relação à reforma agrária. No entanto, devido à forte presença de representantes conservadores no poder executivo, diversas iniciativas foram negligenciadas, o que resultou na desvalorização dos movimentos sociais. Isso restringiu a luta pela reforma agrária ao meio rural e reduziu a visibilidade das reivindicações urbanas.

Diante de uma realidade que não refletia os desejos da grande parte da população brasileira, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso à terra e à

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

persistência da violência rural, surgiram, ao final da ditadura militar, movimentos sociais, entre eles o MST, que se formou por volta dos anos 1980. Naquela época, o movimento se opunha à ideia de que a reforma agrária havia perdido relevância, desafiando essa narrativa.

O MST foi formalmente criado em 1984 e chegou ao Pará como parte de um esforço nacional, consolidando-se nesse período. Naquele momento, o estado já vivenciava disputas por terra de forma espontânea. Os conflitos na região eram marcados pela luta pela posse, com famílias defendendo sua sobrevivência e suas necessidades básicas, muitas vezes com a presença da defesa armada. A violência tornou-se uma característica intrínseca da história do Pará, evidenciando a intensa competição pelo território.

Na década de 1970, diversos projetos de colonização foram implementados no Estado, especialmente nas regiões sul e sudeste, além do Baixo Amazonas, sob a administração dos governos da ditadura militar. Esses projetos tinham como objetivo assegurar uma presença estratégica na Amazônia, com metas que incluíam a proteção das fronteiras contra incursões externas. Um aspecto crucial dessa área foi a atividade da pecuária e a indústria da madeira, que, em colaboração, tentaram se estabelecer na região, resultando em sua participação em crimes ambientais e na exploração de trabalho escravo em várias partes do Pará.

O MST surge na região com uma abordagem inovadora. Além de criar assentamentos, o movimento busca o desenvolvimento de comunidades autônomas, transformando o território em um espaço de gestão alternativa ao grande projeto capitalista. Nesse contexto, o movimento foi composto por ativistas originados do sindicalismo rural combativo, fortalecido pela resistência contra a ditadura militar durante esse período.

No Pará, a forte presença do sindicalismo entre os trabalhadores rurais fez com que a consolidação do movimento em Marabá demorasse a apresentar resultados. No entanto, o mesmo movimento sindical esteve envolvido em iniciativas fundamentais para a criação do MST, como o Encontro Nacional inaugural em Cascavel, em 1984, e o primeiro Congresso realizado no ano seguinte (Lima; Pinheiro, 2016).

A primeira ocupação do MST no estado ocorreu em Xinguara, em 1989, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. No entanto, segundo Miranda(2023) embora a propriedade da fazenda fosse comprovada, o INCRA se negou a realizar a desapropriação. No mesmo ano, o MST iniciou um trabalho de base em três municípios do sul do Pará: Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia e Santa Maria das

Barreiras. Nesse período, também aconteceu o primeiro congresso estadual do movimento no Pará, onde foram eleitos os coordenadores (Lima; Pinheiro, 2016).

Com a chegada do MST ao Pará, algumas dimensões da organização dos trabalhadores, até então ignoradas ou subestimadas pelas entidades, ganharam visibilidade, especialmente no que diz respeito à relação com o Estado. O movimento trouxe uma nova força criativa à região com a chegada da "forma movimento" promovida pelo MST, e as práticas de ocupação coletiva, chamadas de "forma acampamento" (SIGAUD, 2010).

No contexto das batalhas dos movimentos sociais por uma Educação do Campo, destaca-se a união dos habitantes do campo para que as práticas educativas rurais atendam às necessidades das comunidades locais, garantindo o respeito aos seus direitos e deveres (Barroso; Lopes; Vasconcelos, 2024). Essas expectativas são legítimas, uma vez que os habitantes do campo buscam uma educação que valorize suas vivências, reconhecendo suas particularidades e o desejo de que suas histórias de vida sejam respeitadas como homens e mulheres do campo.

A análise da relação entre movimentos sociais e a Educação do Campo revela a intenção de transformar a realidade dos indivíduos a partir de sua própria formação acadêmica, alinhando-se com suas necessidades e aspirações. O diálogo com os cursos de formação voltados aos trabalhadores rurais é crucial nesse processo. Em relação à mobilização dos camponeses, é possível afirmar que essa prática é comum, dada a escassez de infraestrutura básica, como escolas, postos de saúde e outras condições essenciais para a vida digna de qualquer pessoa.

Essas instituições são fundamentais para garantir o acesso aos direitos previstos pela Constituição de 1988, que estabelece que todos deveriam ter acesso a esses direitos sem precisar lutar por eles. O MST, amplamente reconhecido como o movimento defensor da Educação do Campo, busca uma formação que não seja qualquer tipo de educação, mas aquela que valoriza o cidadão rural.

Portanto, a busca por uma formação direcionada ao campo é essencial para que as necessidades dos indivíduos que vivem no campo sejam atendidas, e para que esses cidadãos possam garantir seus direitos. Com essa perspectiva, nosso objetivo é organizar as batalhas dos movimentos por Educação do Campo no Pará, enfatizando o papel ativo das mulheres

nesse contexto de luta e reconhecendo a relevância das mulheres que participam dos movimentos sociais no estado.

Movimento de Mulheres na região Transamazônica e Xingu

Para desenvolver este estudo, escolhemos uma abordagem metodológica que permite analisar de forma adequada o comportamento do fenômeno em questão: o materialismo histórico e dialético. Nosso objetivo é compreender e documentar a realidade concreta, a partir da análise e interpretação do fenômeno em foco.

Decidimos, ainda, utilizar a pesquisa de campo, que, como bem coloca Severino (2017, p. 123), "envolve o objeto/fonte examinado em seu ambiente natural. A obtenção dos dados ocorre nas condições que caracterizam os fenômenos". Em outras palavras, o pesquisador vai até o local onde o fenômeno ocorre, para entender melhor as dinâmicas presentes. Para descobrir como as mulheres se integraram aos movimentos sociais rurais no Pará, fizemos uma pergunta simples, mas profunda: quando você percebeu a necessidade de se engajar na luta? Poderia detalhar essa experiência? As respostas foram diversas, mas ao analisá-las, ficou claro como elas se relacionam com a categoria de luta de classe no Materialismo Histórico-dialético (MHD).

A partir dessa perspectiva, investigamos o significado da luta de classe no contexto da inclusão das participantes do estudo. Ao analisarmos as respostas de X1, X2, X3, X4 e X5, ficou evidente que, ao se engajarem nos movimentos, elas começam a entender que a mudança social exige esforço e ação. Elas percebem que é necessário lutar para transformar a realidade em que vivem, o que reforça a ideia de que a luta de classe é essencial para alterar as condições em que estão inseridas.

Para contextualizar esse cenário, é importante esclarecer o que significa "classe". Japiassu (1990, p. 51) explicam que classe é "um grupo de seres, objetos ou eventos, com um número não definido, todos compartilhando certas características comuns". Nesse sentido, as mulheres que participaram da pesquisa estão cientes de que pertencem à classe trabalhadora e reconhecem que, como parte dessa classe, devem lutar pela melhoria das suas condições e das de seus semelhantes.

Wood (2011, p. 78) complementa essa definição, observando que "[...] ao analisar a relação e o processo, destaca que as interações objetivas com os meios de produção são relevantes, pois criam antagonismos e provocam conflitos, resultando em lutas; essas

dinâmicas, por sua vez, moldam a vivência social”. Ou seja, a luta de classes surge das relações de produção e gera os conflitos que definem as classes sociais. Mais adiante, Wood (2011, p. 89) ainda esclarece que “Classe [...] envolve uma conexão que vai além do processo imediato de produção e apropriação”.

Essas interações e antagonismos no processo produtivo fundamentam a existência das classes sociais. Assim, as vivências da exploração de um grupo por outro geram os embates que caracterizam a luta de classes, criando uma divisão de interesses entre os grupos. No contexto da nossa pesquisa, as mulheres participantes demonstram uma compreensão clara e explícita desse conceito. Japiassu (1990, p. 51) afirmam que “a luta de classe, segundo o marxismo, refere-se ao confronto entre a classe trabalhadora e a classe capitalista”.

Entre essas duas classes há tensões, já que a classe burguesa detém os meios de produção e usa essa posse para explorar a classe trabalhadora, também chamada de classe operária. Wood (2011, p. 78) destaca que “a luta de classes, portanto, antecede a própria classe, tanto na perspectiva de que as formações de classe requerem uma vivência de conflito e de batalha que emerge das relações de produção”. Ou seja, a luta de classes é um processo contínuo, que também envolve indivíduos de uma classe específica, mesmo que eles não compreendam totalmente o significado dessa luta.

No contexto da pesquisa, se observa que as mulheres entrevistadas possuem uma compreensão bem definida sobre a classe à qual pertencem e o significado da luta em que estão engajadas. No entanto, X1 relatou que, no início de sua participação no movimento, ela não tinha uma visão clara sobre o que realmente envolvia a luta. Isso mostra como o processo de conscientização das participantes é gradual e se desenvolve ao longo do tempo, à medida que elas ganham mais entendimento sobre o impacto de suas ações e sobre o papel crucial que desempenham nesse processo de transformação social.

[...] Inicialmente, eu não tinha uma compreensão clara sobre o que significava a luta e qual era seu verdadeiro propósito (X1,2025).

Conforme ia das vivências das lutas no movimento, foi compreendendo o verdadeiro significado da batalha da classe à qual pertence. A participante X5 destacou que, ao longo de sua trajetória acadêmica, começou a refletir sobre as questões sociais existentes na sociedade, além da luta de classes, como ela menciona:

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

[...] durante meu tempo como estudante universitária [...] eu percebi a urgência de batalhar por melhorias [...], é quando você passa a refletir sobre suas próprias necessidades, além do contexto social, político global e as questões de luta de classes (X5, 2025).

A capacitação de professores na Educação do Campo é essencial e deve se basear em uma análise crítica e prática educativa (Cajaíba; Santos; Brito, 2022, p. 6). As declarações de X1 e X5 mostram que, ao lidarem com os desafios do dia a dia no ambiente acadêmico voltado à formação de educadores do campo e nos movimentos sociais, elas desenvolvem uma compreensão mais profunda dos conceitos de classe e luta de classe, reconhecendo-se como parte desse processo e ampliando sua consciência sobre a classe à qual pertencem.

Para que os indivíduos compreendam a consciência de classe, é fundamental que reconheçam sua realidade através das experiências cotidianas e do conhecimento tanto empírico quanto acadêmico. Euzébios Filho (2010, p. 36) destaca que “na consciência de classe, o indivíduo se apropria de aspectos da realidade ocorridos anteriormente, fruto de uma ação consciente”. Isso implica um entendimento prévio da realidade, o que permite ao indivíduo influenciar seu contexto.

Nesse sentido, Gallazzi (2016, p. 18) afirma que “a evolução da consciência de classe é um fenômeno social moldado pelas relações de produção existentes”. Para entender como as mulheres se envolveram nos movimentos sociais e na formação de professores, questionamos se receberam convites para se engajar e se estariam dispostas a compartilhar suas experiências. De acordo com os depoimentos de X1 e X5, elas foram convidadas por membros dos movimentos sociais para se engajar nas lutas e, assim, passaram a se envolver mais ativamente:

Recebi um convite da Irmã Orlanda, da Paróquia Cristo Rei, localizada em Pacajá, no estado do Pará, região da Transamazônica, que enfrentou diversos conflitos agrários nas décadas de 1980 e 1990. Nesse contexto, os jovens da Pastoral da Juventude, vinculados à Igreja Católica, desempenharam um papel fundamental na formação de uma juventude mais ativa. Sob a orientação da Irmã Orlanda, que nos apoiou em nossos esforços de militância, a igreja local se tornou um ponto de referência para a comunidade. Essa experiência me fez permanecer engajada nos movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para questões relacionadas à terra e à educação. Lamentavelmente, a Irmã Orlanda faleceu em Belém do Pará, em decorrência da Covid-19. Após essa vivência, estabelecemos um movimento de mulheres em Pacajá, que continua atuante até hoje. Muitas conquistas foram alcançadas por meio dessa luta, o que evidencia sua relevância. É importante ressaltar o papel da Comissão Pastoral da Terra na organização dos movimentos sociais ao longo da Transamazônica. Apesar de reconhecer a importância desse começo na minha trajetória de luta,

minha motivação para continuar firme foi impulsionada pela minha formação acadêmica, que me proporcionou convivência com pessoas do movimento e acesso a leituras teóricas que me ajudaram a compreender meu papel social (X1, 2025).

Minha jornada começou verdadeiramente por incentivo de minha mãe, que, desde a minha infância, nos levava à igreja. Ela sempre exerceu um papel de liderança na Igreja Católica, atuando como catequista, e eu segui seus passos. A igreja foi fundamental no meu percurso na luta social. Desde os 11 anos, participei ativamente. Chegamos à Transamazônica em 1985, e, naquela época, já havia um movimento muito forte na região, lutando pelos direitos à terra e à educação. Minha mãe era sindicalizada e se envolvia intensamente, participando da Pastoral da Terra. A igreja desempenhou um papel crucial nesse processo, junto ao sindicato dos trabalhadores rurais, que foi importante na minha trajetória. Eu colaborava como secretária do movimento dos trabalhadores rurais, além de ser catequista. A partir desse ponto, me envolvi no movimento de mulheres no município de Brasil Novo, que era bastante expressivo na região da Transamazônica e Xingu. Depois, surgiu o movimento das mulheres negras, que coordenei por vários anos. Também atuei no movimento estudantil. Minha experiência nos movimentos sociais se desenvolveu nessa perspectiva. Lembro que, antes, todos esses movimentos estavam ligados ao movimento da cidade de Santarém, e só quando Altamira começou a fortalecer as ações, nos unimos a esses grupos e estabelecemos vínculo com a sede em Belém. Após esse período de envolvimento, iniciei minha trajetória acadêmica, começando a estudar e, em seguida, me formando para me tornar professora, profissão que exerço até hoje. Trabalhei por muito tempo na educação do campo (X5, 2025).

Contudo, X1 enfatizou que sua inserção ocorreu durante o engajamento na igreja e se consolidou em sua graduação no ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA).

[...] foi através do contato com a leitura e debates acadêmicos que passei a refletir sobre o contexto social, político, regional e global, sempre buscando relacionar o saber teórico com a experiência pastoral e a atuação nos movimentos de mulheres e na juventude católica da área transamazônica, o que me permitiu desenvolver uma análise mais crítica da sociedade (X1, 2025).

Além disso, percebe-se que, num primeiro momento, a inclusão das mulheres nos movimentos sociais ocorreu à medida que elas passaram a compreender a sua realidade, reconhecer suas vivências como indivíduos cientes de seu papel na sociedade e nas batalhas que enfrentam. Isso implica que elas despertaram para a consciência de classe, entendendo que a busca por mudanças sociais exige a mobilização da classe à qual pertencem. Nesse cenário, elas começam a se enxergar como protagonistas na luta, ou seja, como mulheres conscientes de seus direitos e responsabilidades na sociedade. Ao questionarmos as entrevistadas sobre a resistência que enfrentaram de amigos por decidirem participar dos movimentos, foi possível notar que a maioria, com três delas mencionando especificamente,

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

relatou que houve resistência inicial por parte dos amigos em relação a esse envolvimento, como evidenciado nos depoimentos de X1, X3 e X4, que mencionam:

Certamente, notei uma grande oposição. Até agora, continuo lidando com essa resistência, tanto de pessoas desconhecidas quanto de amigos (X1, 2025).

Durante o período em que estudei na universidade, encontrei bastante oposição. Algumas pessoas da minha própria família não apoiavam minha participação em movimentos sociais. Eu tentava transmitir a relevância de lutar por melhorias não só para a instituição, mas para toda a sociedade. Eles chegavam a me interrogar sobre porque a sociedade é dessa forma, o que gera tanta desigualdade social e como um país tão rico como o Brasil pode apresentar uma disparidade tão grande. Aqueles de nós que vivemos na pobreza sentem essa realidade na prática. Esse contexto me levava a refletir sobre questões que, inclusive, incomodavam aqueles que não estavam de acordo comigo, sejam parentes ou não. Assim, a oposição era evidente (X3, 2025).

Com certeza, há muitas pessoas que menosprezam nossa luta, não é? Elas dizem que somos desocupados, vagabundos. Durante um bom tempo, enfrentei um choque interno por conta disso. Muitas pessoas duvidavam da minha capacidade de equilibrar o ativismo e as relações pessoais. Sempre defendi que fui moldado pelo contexto do movimento, e essa luta faz parte da minha essência. Desde os dias em que morei no assentamento na região amazônica com meu avô até hoje, percebo que me afastei de algumas pessoas. Isso acontece porque conviver com indivíduos assim não é proveitoso. Já lidamos com a marginalização da sociedade, e ter pessoas próximas que tornam nossa trajetória ainda mais difícil só complica a situação (X4, 2025).

Nessa perspectiva, X1 enfatiza que até hoje há resistência por parte de algumas pessoas e amigos em relação ao seu engajamento nos movimentos. Por sua vez, X3 conta que, ao longo de sua trajetória acadêmica, ao começar a se questionar sobre as desigualdades sociais que permeiam a sociedade brasileira, sentiu a oposição de membros da família, mas não se deixou abater por essas negativas e seguiu em sua luta. Já X4 afirma, de forma contundente, que não se deixar influenciar pelas objeções de outros sobre sua escolha de se envolver nos movimentos.

[...] várias pessoas subestimam nossa luta, certo? Afirmam que somos apenas indivíduos sem ocupação, preguiçosos. Então [...]. Durante muito tempo, eu me senti em conflito (X4, 2025).

A declaração de X4 evidencia sua determinação e resiliência, demonstrando que não se deixa abalar pelas opiniões adversas que enfrenta em sua jornada nos movimentos sociais. Ela acredita que sua origem rural a capacita a lidar com os desafios impostos por outros, uma vez que compreende profundamente a realidade das dificuldades que encontra no campo.

"[...] Eu sinto que minha dedicação aos Movimentos Sociais é algo que já vem de vidas passadas, de outra encarnação, risos..." (X4, 2025).

Minha família deixou o Ceará em busca de melhores condições, fugindo da seca, e se estabeleceu no interior de Goiás, que hoje é Tocantins. Chegamos durante o pico da ditadura militar, e eu, ainda criança, via os aviões do Exército sobrevoando as propriedades onde morávamos. O que ouvíamos na época era que os aviões buscavam terroristas; apenas anos depois compreendi que isso se referia à guerrilha do Araguaia, um movimento de resistência à ditadura. Não tenho certeza de como aprendi a ler e escrever; talvez tenha sido algo do destino. Eu era encarregado de redigir cartas para informar os familiares que ficaram no Ceará, e tive que escrever a carta informando sobre o falecimento de minha mãe durante o parto. Naquela época, recordo que colocávamos uma cruzinha no envelope para sinalizar que a correspondência continha uma triste notícia. Em 1979, deixamos Goiás e seguimos para a Transamazônica, mais precisamente para o travessão da Vicinal 12. Após algum tempo, conseguimos, por meio do INCRA, terras no Travessão da 15, uma distância considerável, pois os primeiros lotes já estavam ocupados por famílias trazidas pelos militares. Ali, tive meu primeiro contato com a Igreja Católica através do Padre Léo, que celebrou uma missa e ressaltou a importância de termos um professor para as muitas crianças do local. Assim, começou a nossa luta pela educação rural. O primeiro docente que tivemos foi Adelson Silva, que se tornou meu aliado nas lutas e na vida. Depois de um tempo no Travessão da 15, nos mudamos para o Travessão da 16, onde Adelson começou a trabalhar na escola da comunidade. Nessa altura, ele tinha apenas a oitava série, mas percebeu a necessidade de vir a Altamira para cursar o Magistério no Instituto Maria de Mathias. Junto às Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo e ao irmão Nestor, nos unimos a outras batalhas pela educação, criando grupos de alfabetização para adultos nas periferias de Altamira (X2, 2025).

A participante relata sua trajetória inicial, ressaltando a importância da igreja em seu percurso e, especialmente, o papel da educação do campo nesse processo de formação social. Ela menciona a contribuição do professor, compartilhando suas dificuldades em aprender a ler e a escrever, enfatizando que, após desenvolver a habilidade de escrever, começou a enviar correspondências para os parentes que ficaram no Ceará. É evidente nas declarações da participante o quanto a escola foi fundamental nesse fortalecimento, já que o domínio da leitura nos permite descobrir e participar ativamente do processo político. Seu depoimento nos proporciona uma visão de como era desafiador o período de colonização na região Transamazônica e Xingu; conforme relatos, tudo parecia distante e levava muito tempo para chegar até as comunidades assentadas. Um aspecto que se destaca é a maneira como essas pessoas foram deixadas à própria sorte e desafiadas a superar as dificuldades praticamente sozinhas.

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

Ao analisar as cinco mulheres entrevistadas, notamos que cada uma possui uma maneira distinta de se inserir nos movimentos sociais da região. Contudo, todas compartilham o anseio de transformar a realidade das pessoas que habitam essa área. Elas desejam, de maneira integral, que os homens e mulheres do campo desfrutem de condições de vida melhores, com a devida proteção de seus direitos como seres humanos.

A fim de compreender as melhorias e os obstáculos percebidos pelas participantes da pesquisa ao longo de sua trajetória na luta pela educação de qualidade no campesinato, fizemos a seguinte pergunta: quais desafios e progressos na educação do campo você consegue mencionar, considerando o histórico que você compartilhou? Como resposta, obtivemos as seguintes informações:

Embora tenhamos conquistado progressos notáveis, ainda enfrentamos numerosos obstáculos, especialmente no que diz respeito ao financiamento da Educação do Campo. Ao compararmos uma criança ou jovem do campo com o de uma área urbana, notamos uma discrepância considerável. Portanto, é fundamental formarmos uma grande aliança para continuarmos avançando. Outro desafio que percebo, inclusive em nosso campus de Altamira, é a certa discriminação em relação à juventude camponesa, quilombola e ribeirinha, que muitas vezes é considerada como intrusa, especialmente em cursos como Medicina. Nesse contexto, é imprescindível que lutemos para garantir que esses grupos tenham igual acesso às universidades e, para isso, é essencial priorizar a qualidade da educação básica no campesinato (X2, 2025).

Nossos esforços resultaram em importantes vitórias, incluindo a criação do curso de Educação do Campo e melhorias na infraestrutura de várias escolas. Porém, ainda há muito a ser feito. O currículo, o calendário escolar e as condições para o transporte das comunidades campesinas continuam a ser desafios que precisam ser abordados. Além disso, considero fundamental que haja formação continuada para os educadores que trabalham no campo, com foco no fortalecimento de nossa cultura (X4, 2025).

As participantes X2 e X4 enfatizam que, embora haja avanços em diversas políticas públicas voltadas para a educação do campo, é essencial prosseguir com as melhorias, especialmente no que diz respeito ao acesso dos estudantes do campo às universidades. Elas observam que esses alunos enfrentam desigualdades que dificultam a equidade na entrada nas instituições de ensino superior. Esse aspecto é claramente evidenciado no curso de Medicina do campus de Altamira, que atende à região Transamazônica e Xingu. Elas mencionam que os estudantes do campo têm tido dificuldades para ingressar nesse curso, o que, segundo elas, representa discriminação e desigualdade de direitos.

As participantes ressaltam também a relevância de incluir as populações camponesas nos debates sobre o currículo voltado para essas comunidades, assim como a necessidade de assegurar um transporte escolar eficiente. Essa questão tem sido um obstáculo na região há muitos anos, especialmente devido às más condições das estradas locais.

Elas também debatem sobre a formação inicial e continuada dos docentes que trabalham nas localidades do campesinato, principalmente ao buscar formas alternativas de oferecer essa formação sem impactar as atividades escolares, garantindo assim o progresso dos alunos e a formação contínua dos professores. Elas propõem como alternativa para a formação continuada dos educadores a pedagogia da alternância, que já é reconhecida e utilizada nos cursos de educação do campo na região.

Reflexões finais

As mulheres que fazem parte dos movimentos sociais camponeses na região da Transamazônica e do Xingu, no Pará, estão profundamente engajadas na luta pela Educação do Campo. Elas têm uma história ligada ao campo, o que as torna ainda mais cientes da importância de uma educação voltada para os povos do campo. Afinal, muitas delas viveram ou vivem essa realidade no dia a dia, o que as torna ainda mais empáticas e comprometidas com a causa.

Essas mulheres, que participaram da nossa pesquisa, têm uma presença forte nas suas narrativas e ações de luta. São mulheres empoderadas, que sabem o que querem e não medem esforços para garantir os direitos das comunidades camponesas. Elas buscam transformar a realidade, trazendo mais condições de vida e dignidade para os habitantes do campo, mesmo diante das adversidades, tanto pessoais quanto coletivas. Com isso, conseguimos entender como a formação de educadores do campo e os movimentos sociais, com destaque para o protagonismo feminino, são essenciais na luta pela educação no campo, especialmente no Pará, na Transamazônica e no Xingu.

A pesquisa também nos ajudou a identificar os obstáculos que essas mulheres líderes enfrentam no dia a dia. Além da falta de apoio institucional, elas ainda lutam por mais visibilidade e por resultados concretos para suas comunidades. O objetivo é dar o valor que essas mulheres merecem, para que possam resgatar sua dignidade, lutar por seus direitos e se orgulhar de serem mulheres e homens do campo na sociedade paraense, especialmente nas regiões do Xingu e da Transamazônica.

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 359-365, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

BARROSO, Lucineide Salgado; LOPES, Sérgio Luiz; VASCONCELOS, Karla Colares. EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: os movimentos sociais e o protagonismo das mulheres. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 10, n. 33, p. 453-469, 2024.

BORGES, Heloisa da Silva; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Fundamentos Filosóficos à Educação do Campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

BRASIL, Casa Civil. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. **Diário Oficial da União**, v. 147, n. 212, p. 1-1, 2010.

CAJAÍBA, Jaqueline Braga Moraes; SANTOS, Arlete Ramos dos; BRITO, Valéria Souza Lima. Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

CALDART, Roseli Salette *et al.* A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. São Paulo: Bookman Editora, 2009.

COSTA, Francisco Joel Magalhães; MOTA, Bruna Germana Nunes; SANTANA, José Rogério. História das mulheres: formação docente, lutas e conquistas. **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

DELMIRO, Valney da Silva; NASCIMENTO, Talita Moreira do; FERREIRA, Tássia Fernandes. Trajetórias de duas professoras pedagogas: formação e prática docente. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-13, 2022.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação**. 2010. 380 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

GALLAZZI, Sandro. A Fidelidade da CPT. *In: Comissão Nacional de Formação da CPT (Org.). CPT: 40 Anos de Fé, Rebeldia e Esperança*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 155. 1 a 19

JAPIASSU, Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**/Hilton Japiassú e Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos et al. As políticas de formação de professores no contexto da reforma universitária: das políticas educativas para as políticas da educação. **Revista Profissão Docente**, v. 5, n. 12, 2004.

LIMA, Cristiane da Silva; PINHEIRO, Luci Faria. Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará. **SER Social**, v. 18, n. 38, p. 153-176, 2016.

LIMA, Ketúcia Mirlene Duarte de; SILVA, Jefferson Eduardo da; ALVES, Sandra Maria Campos. Pedagogia da Terra: uma concepção omnilateral de formação humana e profissional. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, p. 1-12, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo

MIRANDA, Rogério Rego. A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 2, p. 1-57, 2023.

NEPOMUCENO, Sarado Nascimento; VIEIRA, Elton Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine. Trajetória da educadora Quixadaense Maria Verônica. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-17, 2022.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; FREITAS, Emmanuel Oguri. A CPT e as denúncias sobre trabalho escravo no Pará: o papel dos religiosos e seus saberes na construção de estratégias de enfrentamento à violência. **REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG**, n. 77, p. 19-42, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

Sobre os autores

Ronaldo dos Santos Leonel

Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática (IFPA). Licenciado em Biologias (UVA). Licenciado em Educação Especial (FAVINE). Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FARESE). Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (UEPA). Doutorando em Educação em Ciências e em Matemática (UFPR). Atualmente é professor efetivo da educação básica em Altamira- Pará.

E-mail: ronaldoleonelatm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0475-4905>

Educação do Campo na região Transamazônica e Xingu: a atuação dos movimentos sociais e o protagonismo feminino

Luciléia Pereira da Silva

Licenciada em Química (UFPA). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (UFPA). Doutora em Ciências Ambientais (UFG). Pós-Doutora em Educação em Ciências e em Matemática (UFPR).

E-mail: lucicleia.silva@uepa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5311-2407>

Everton Bedin

Licenciado em Química (UPF). Especialista em Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação (FURG) e em Gestão Educacional (UFSM). Mestre em Educação Química (UFU). Doutor e Pós-Doutor em Educação em Ciências: química da vida e saúde (UFRGS). Atualmente é professor permanente na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: bedin.everton@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5636-0908>

Recebido em: 25/06/2025

Aceito para publicação em: 10/03/2026